

* Doutor em Economia pela Universidade de Campinas-SP (1984), pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em Brasília por mais de 30 anos, ora aposentado, com áreas de concentração em agricultura e políticas sociais; e atualmente participa da direção colegiada da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA.

E-mail: guilhermecostadelgado@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5846-1753>

Recebido em 12/05/2023

Aprovado em 15/08/2023

FOME E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL FACE ÀS EXIGÊNCIAS DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO

HUNGER AND FOOD PRODUCTION IN BRAZIL IN THE FACE OF THE DEMANDS OF THE RIGHT TO FOOD

*Guilherme C. Delgado**

Resumo: Este artigo analisa um paradoxo empírico: de um lado a superprodução de alimento- 'commodities', e de outro, o alto nível da fome detectado em inquérito domiciliar sobre a segurança alimentar. Neste contexto é necessário apelar às políticas sociais e econômicas, tendo em vista obter a diversificação da produção de alimentos e também elevação da renda disponível às famílias pobres, condições que são imprescindíveis para essas pessoas acessarem aos alimentos em tais condições. Mas a concepção de economia política do sistema de agronegócio e outros arranjos de economia neoliberal hegemônicos bloqueiam ações de política pública nessa direção comum – segurança alimentar e Estado do Bem-estar Social. Essas objeções são o principal problema político a enfrentar, que é necessário em um novo arranjo de economia política para a questão em foco.

Palavras-Chave: Fome. Produção de Alimentos no Brasil. Economia neoliberal. Direito à Alimentação.

Abstract: This paper analyse an empirical paradox: overproduction of commodities- food-grain and feed-grain for export in Brazil and a high level of hunger detected in a national inquire of food security. In this condition, It's necessary to appell to social and economic policies in order to generate diversification of food production and income diponible for poor peoples. These policies are essentials conditions for poor peoples access foods on food security situation. But conceptions of political economy of agrobussiness system and anothers arrangements of neoliberal economics has blocked actions in direction of food security and Social State. These objections are the main policy problem, that is necessary to face in a new political approach of this question.

Keywords: Hunger. Food Production in Brazil. Neoliberal Economy. Right to Food.



INTRODUÇÃO

O artigo se inicia pela enunciação empírica de um paradoxo ou enigma a decifrar: a superprodução de alimentos à escala global, com origem no Brasil; com paralelo recrudescimento da ‘Insegurança Alimentar Grave (fome) e Moderada...’ em 30,7 % dos domicílios nacionais pesquisados em ‘Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar...’, realizado entre 2021/2022.

Por sua vez, o paradoxo contém algumas pistas a decifrar. A superprodução é de alimentos ‘commodities’, ou seja, de mercadorias mundiais produzidas explicitamente para gerar resultado comercial excedentário no comércio exterior. Isto se realiza como meta de política econômica, conduzida ‘a qualquer custo’, visto que o país passou a depender essencialmente do setor primário para exportar.

Por outro lado, o “Inquérito Nacional de Insegurança Alimentar...” está apurando situações de estado de necessidade alimentar das famílias, medidas de conformidade com acesso e ingestão regular dos alimentos nos domicílios.

As duas classes de fenômenos – produção mercantil e atendimento de necessidades básicas alimentares- seguem lógicas distintas-, como se analisa na seção 2. Paira entre elas uma situação de estado de necessidade não atendida pelos mercados, precisamente por estar fora do seu raio de operação; mas que é critério indispensável ao funcionamento de uma economia humana, fundada em exigências éticas universais.

Pelo exposto precedentemente pode aduzir a hipótese de que a existência do paradoxo empírico, no caso brasileiro, não é casual ou circunstancial. Isto porque houve construção ideológica de uma economia política, que se promove como autossuficiente e independente de critérios de economia humana para funcionar. Isto tem consequências para explicação do fenômeno que ora se investiga: causa da fome em presença da superprodução de alimentos, sob regulação mercantil estrita.

Mas a abordagem ou solução do enigma não se resolve nos domínios da própria economia de mercado; requer interpretação ética sobre o abandono dos critérios de economia humana –atendimentos de necessidades de subsistência, proteção contra riscos incapacitantes ao trabalho humano e desenvolvimento ou reabilitação de capacidades humanas-, que de longa data são referencial do chamado Estado Social. Mas há também relativo abandono da política social de Estado e concentração exclusiva da política agrícola ao espaço das ‘commodities’, orientações de política públicas que para se legitimarem, apelam ostensivamente à mitologia de uma economia política autossuficiente, com características típicas da idolatria e do fetiche.

Propomos na seção 3 – ‘Produção do mito e da idolatria...’ o levantamento de uma classe de fenômenos no contexto temático sob exame, que nos leva a enveredar pelos domínios da Teologia, tendo em vista compreender e também denunciar a utilização do mito e da idolatria na situação sob análise. Isto porque, há consequências a certa anestesia ética da opinião pública, como também de inversão de significados ético teológicos fundamentais de economia humana, que bloqueiam políticas públicas indispensáveis à construção da segurança alimentar.

Por último, na Seção 4 o texto enuncia critérios e condições concretas aplicáveis à política agrícola e política social aqui no Brasil-, que são necessários à efetivação do princípio da segurança alimentar, de sorte a regular a economia de mercado à finalidade abandonada, da universalização do direito à alimentação prevista na Constituição Federal (Art. 6 – Caput).

Atender exigências éticas, como as que ora se colocam, não se resolve pelo apelo a princípios mágicos da ‘mão invisível dos mercados’ ou de ideologias contemporâneas da superprodução de mercadorias mundiais, cujo determinante ético particular e exclusivo – o individualismo utilitário, não se compraz com as exigências éticas universais do direito humano à alimentação ou com direitos sociais universais.

1 PARADOXO DA SUPERPRODUÇÃO FACE À CARÊNCIA EXTREMA DOS ALIMENTOS NOS DOMICÍLIOS

No período de 1996/2020 o Produto Interno Bruto da Agropecuária brasileira cresceu em termos reais 3,5% ao ano em média anual, resultado que é de quase o dobro do desempenho do PIB geral da economia no mesmo período, que é de 1,9% a.a.

Dados imediatos (2021) e projeções até 2030 do Ministério da Agricultura¹ apresentam verdadeiro ‘espetáculo do crescimento’ da produção de cereais e carnes², com acréscimos projetados de 71,6 milhões de toneladas de grãos até 2030 e 7,0 milhões de toneladas de carnes entre 2021/31. Essa empiria, descrita em documento oficial como ‘Projeções do Agronegócio - de Longo Prazo...’ está na linha de convergência do sistema de economia política hegemônico, no sentido de credenciá-lo e especializá-lo cada vez mais à condição de campeão mundial ao fornecimento de alimentos – ‘commodities’³ à escala planetária.

Por outro lado, ao consultar o “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia COVID 19 no Brasil”⁴ (deparamo-nos com uma situação alimentar e nutricional interna, de cerca de 30,7% dos domicílios brasileiros pesquisados em situação de ‘insegurança alimentar moderada e grave (fome)’, situação que já era ruim antes da Pandemia e com esta se agravou, a ponto de trazer o País de volta ao “Mapa da Fome”, segundo os indicadores da FAO/ONU.

Os dados de produção agrícola citados (MAPA) e do ‘Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar...’ (PENSAN) revelam um paradoxo empírico com características de enigma a decifrar: produção de carnes em crescimento contínuo e firme, perante uma situação constatada de agravamento da fome e da ‘insegurança alimentar moderada’⁵.

Os dois fenômenos referidos refletem dinâmicas distintas, mas com alguma correlação. O primeiro, está diretamente associado à vinculação da produção de ‘mercadorias mundiais’ brasileiras destinadas à exportação, que se orientam por margens de lucratividade planejadas, ora pelos preços externos dessas ‘commodities’, ora pelos incentivos fiscais, financeiros e cambiais explicitamente dirigidos à geração de saldos comerciais externos. Já o segundo fenômeno apontado, reflete uma situação de necessidade humana, sem contrapartida da posse de renda e riqueza susceptível de incluir essas pessoas no mercado comprador de alimentos.

1 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, *Projeções do Agronegócio - Brasil 2020/2021 a 2030/2031*.

2 Segundo o Ministério da Agricultura (in “Projeções do Agronegócio...”, op. cit) a produção de grãos entre 2021 e 2031 crescerá de 262,0 milhões de toneladas para 331,0 milhões. No mesmo período a produção de carnes é estimada a crescer de 27,0 para 34,0 milhões de toneladas.

3 A noção técnica de “commodities” é a seguinte: mercadorias mundiais tipificadas e armazenáveis, negociadas em Bolsas Internacionais de Mercadorias à vista e nos mercados futuros de forma regular.

4 Conferir nota 5.

5 O “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar...” apura a situação alimentar e nutricional das famílias pesquisadas (amostra nacional de 12.745 domicílios em 26 Estados mais o DF) com base em quatro critérios de segurança alimentar: 1) - Segurança Alimentar: com acesso regular aos alimentos em quantidades e qualidades adequadas; 2 - Insegurança Alimentar Leve: quando há incerteza futura em relação ao acesso regular aos alimentos; 3 - Insegurança Alimentar Moderada: quando há redução quantitativa resultante da falta de alimentos; Insegurança Alimentar Grave: quando há falta de alimentos pela falta de dinheiro para comprá-los.

A dinâmica dos mercados de ‘commodities’, sob a regência de um pacto de economia política do chamado agronegócio, especializa o sistema econômico na exportação de mercadorias mundiais (‘commodities’) agrícolas e minerais, com consequências externas e internas muito distantes do desenvolvimento social e ecológico, resvalando adicionalmente à pressão inflacionária sobre os alimentos, que é também componente do tema sob análise.

Por seu turno, nos últimos sete anos ocorrem coetaneamente vários processos socioeconômicos e políticos concorrentes para elevação da desigualdade social – crescimento negativo da economia (PIB ‘per capita’ negativo), relativa desmontagem das políticas sociais de Estado, estagnação ou queda na produção de não ‘commodities’, pressões inflacionárias sobre a cesta básica salarial etc.; que no seu conjunto contribuem à insegurança alimentar, seja pelo lado da produção, seja pelo lado da desigualdade de renda monetária disponível às famílias.

A situação revelada de insegurança alimentar, como de tantas outras necessidades humanas desatendidas no espaço específico dos mercados, aponta para falhas endógenas de um sistema, que deixado a funcionar de forma autossuficiente pela chamada ‘mão invisível’ dos mercados, reproduz dicotomias e paradoxos como o que ora estamos examinando.

2 PRODUÇÃO ECONÔMICA X ATENDIMENTO DE NECESSIDADES BÁSICAS: EXIGÊNCIAS ÉTICAS

Ao contrário do pensamento ao estilo senso comum, o sistema econômico de mercado não se destina endogenamente a atender necessidades básicas da população – alimento, teto, agasalho, saúde etc.; mas a produzir mercadorias que possam ser demandadas pelos consumidores portadores de renda e riqueza monetária. Para estes, o sistema está construído na perspectiva de oferecer bens e serviços que atendam desejos e preferências de consumo, enquanto que necessidades básicas desacompanhadas dos requisitos mercantis descritos, entram em uma zona anômala do sistema de mercado – o estado de necessidade.

Por sua vez, as necessidades humanas de provisão de bens e serviços de subsistência são tão antigas como a própria humanidade, assim como as situações das carências desatendidas. Os textos mais antigos da Bíblia, a exemplo de Ex. 22,20-26, atribuem ao imigrante, aos órfãos e às viúvas e aos pobres em geral preferências explícitas reveladas por Deus aos profetas de Israel, no sentido da prioridade ao atendimento de necessidades básicas de subsistência.

Essa tradição é completamente confirmada em todos os Evangelhos, que efetivamente erigem os fundamentos éticos da economia humana em inúmeras passagens, a exemplo, que seria ocioso repetir, não fora a necessidade de ilustrar para ligar com que se prática nos tempos modernos.

O Sermão das Bem-aventuranças (Mt 5,1-11 e Lc 6,20-27) e o discurso articulado na Sinagoga de Nazaré (Lc 4,16-27), citando o Profeta Isaias e destacando a prioridade pelos pobres, oprimidos e incapacitados.

A tradição judaico-cristã é recuperada na modernidade em três eixos de uma economia humana que convém destacar, porque exercem papéis completamente distintos em relação à economia de mercado convencional: 1) atendimento de necessidades básicas de subsistência; 2) proteção social contra riscos incapacitantes ao trabalho; 3) desenvolvimento e reabilitação de capacidades humanas⁶.

6 Para uma abordagem de fundamentação ética da Economia Humana, ver Delgado, Guilherme C. (2021) – Cap 5 – “Fundamentos da Economia Humana – Ética e Política”, op. Cit, p. 93-111.

Essa economia humana a que estamos fazendo referência é o espaço socioeconômico onde se exercitam os direitos sociais, incluindo o direito à alimentação, os direitos trabalhistas e previdenciários, o direito à saúde e à assistência social, tendo em cada país um perfil peculiar; que, infelizmente, nos últimos tempos tem sofrido restrições de toda ordem, em nome da restauração dos princípios neoliberais da economia de mercado.

Não vou por ora entrar em considerações específicas sobre política social relacionada ao chamado Estado do Bem-estar concretamente operante no Brasil, para não misturar os níveis de argumentação – pragmático e conceitual. Pois o que importa na linha de argumentação conceitual a destacar, são os critérios de economia humana fundados em princípios de direito social universal, como condição necessária à provisão de necessidades básicas, sem o que situações de fome e insegurança alimentar recrudeseriam em toda parte onde a economia de mercado autossuficiente fosse predominante.

Ademais, a própria ideia de uma economia autossuficiente ou para usar a expressão utilizada pelo próprio sistema – autorregulada –, é em si um absurdo ético; e para utilizar a linguagem teológica – apelo à idolatria econômica. Esta tem no princípio do individualismo utilitário associado ao progresso técnico de caráter competitivo, espécie de pedra angular do comportamento dos agentes econômicos, tudo o mais lhes ficando externo do ponto de vista ético-econômico.

Por sua vez, atender necessidades de subsistência, como também às situações incapacitantes ao trabalho, sejam estas provocadas pelo próprio funcionamento do sistema, como é o caso do desemprego involuntário, como também às muitas situações de incapacitação ao trabalho ‘naturais’ do ponto de vista demográfico – idade avançada, acidente de trabalho, doença, invalidez permanente etc.; são condições imprescindíveis ao atendimento de necessidades humanas, sob regência de critérios ético e teológicos universais. Esses critérios estão em uma espécie de DNA da cultura humana – da comunidade primitiva à civilização industrial dos tempos atuais, com exceção daqueles que elegeram a idolatria econômica da autossuficiência dos mercados como paradigma a seguir.

3 PRODUÇÃO DO MITO E DA IDOLATRIA DE UMA ECONOMIA (AGRÍCOLA) AUTOSSUFICIENTE

A ideia de uma economia especializada nas exportações agrícolas e minerais protagonizando o conjunto do sistema econômico, suficiente para alimentar 800 milhões de consumidores no mundo e garantir pelo seu saldo de mercadorias exportadas o decantado ‘equilíbrio das contas externas’, tem sido utilizada como expressão senha de um sistema erigido há pouco mais de duas décadas – a autodenominada economia do agronegócio⁷.

Dispondo de aparato publicitário massivo, esse sistema difunde mensagens aparentemente técnicas, como estas acima citadas, que como já vimos, compõem o paradoxo já explorado inicialmente; e no mínimo servem para deixar o público conformado com a senha do “equilíbrio das contas externas”, que tampouco se sustenta, como ainda veremos adiante.

Por sua vez, o gigantesco aparato publicitário do sistema difunde também há muitos anos mensagens publicitárias em horário nobre de TV, que pela repetição sistemática reivindicam foros de verdade incontestes – “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é tudo”. A própria mensagem e sua repetição sistemática assumem características típicas de difusão do mito, com apelos subliminares de sentido demiúrgico – à totalidade, à ubiquidade e certa insinuação de potência e onisciência extraordinárias associadas a entidade “Agro”.

7 Para uma análise contextualizada da Economia do Agronegócio no Brasil, ver – Delgado, Guilherme C. (2012) – op. cit.

A construção do mito relativamente ao sistema que se autopromove contém objetivos mais profundos que da mera propaganda comercial. Pretende-se ocupar o imaginário coletivo não propriamente com informação sobre o sistema de economia política, mas à percepção de um ídolo a cultivar. E, neste ponto, explicitamente, precisamos nos deslocar por necessidade analítica, da abordagem da Economia Política para outra abordagem fundamentada nos domínios da Teologia.

Antes da explicação teológica, convém caracterizar esse sistema que se autopromove - o denominado 'Agro', como uma construção de economia política datada - (anos 2000) - , voltado às exportações primárias, dotado de numerosa bancada parlamentar (Frente Parlamentar da Agropecuária), detentor de aparato acadêmico próprio (Instituto PENSA e rede de apoiadores). Conta também com potente estrutura de comunicação midiática já referida e principalmente apoio ostensiva de finanças públicas à meta da exportação de "commodities" ao longo de seis mandatos presidenciais sucessivos (FHC II, Lula I, Lula II, Dilma I, Dilma II, Temer e Bolsonaro), que vem se caracterizando ao longo do tempo na linha da especialização primário exportadora, conduzida com absoluta prioridade pela política econômica.

Vou me valer de excelente contribuição à abordagem teológica do tema em pauta - a idolatria econômica -, de uma coletânea de biblistas e cientistas sociais, que ainda nos primórdios da Teologia da Libertação (anos 80 do século passado) trataram de questões conexas que dão título ao próprio livro - *La Lucha de los dioses - los ídolos de la opresión y La búsqueda del Dios Liberador*⁸.

Referida abordagem teológica faz o esclarecimento e decodificação de justificativas econômicas misturadas a idolatrias teológicas nos seguintes termos, que os declara em trecho de sua introdução que escolhi para citar, cuja tradução livre segue abaixo:

O problema central hoje na América Latina (...) é a idolatria como culto aos deuses falsos do sistema de opressão. Mais trágico do que o ateísmo é a fé e a esperança nos deuses falsos do sistema. Todo sistema de opressão se caracteriza precisamente pela criação de deuses e geração de ídolos sacralizadores da opressão e da antívida. Finalmente, cabe destacar a grande importância da presente discussão em nosso continente latino-americano com seu passado de dominação política e religiosa e seu presente de repressão e miséria. Creemos que o problema dos ídolos da opressão e a busca do Deus Libertador adquire hoje uma nova dimensão, tanto na tarefa evangelizadora, como na tarefa política. A teologia da libertação encontra aqui um dos seus desafios mais fecundos.

Associada a esta síntese geral expressa na introdução da coletânea, o próprio organizador e autor de um dos ensaios - Pablo Richard- conclui ensaio específico: 'Nuestra Lucha es contra los ídolos'⁹ que a realidade econômica e política do capitalismo na América Latina tem característica distintiva do profundo apelo idolátrico em suas prioridades às ações humanas nas esferas econômica, cultural, social, política e religiosa. E isto se faz de forma tácita ou ostensiva em estado de confronta à fé no Deus da vida e da plena libertação humana. Daí que não podemos ficar neutros nesta sociedade, sob pena do abandonar às exigências éticas da fé nos nossos discernimentos pragmáticos em economia política, como também de caráter pastoral-evangelizador.

Observe o leitor, que o sistema de agronegócio pela eficácia com que cumpre sua meta econômica de elevado custo social - a exportação máxima e crescente de 'commodities' -, algo de que se jacta em fazê-lo e se projeta assim continuá-lo (Ver Projeções do Agronegócio até 2031, cf. nota nº 2); coloca-se na linha de uma economia política autossuficiente, que dispensa os critérios de economia humana referidos na seção 2. Mas é

8 Ver Richard, Pablo (Org. - 1980) - op. cit.

9 Ver Richard Pablo - Capítulo 1, p.31-32

principalmente no processo de legitimação política para obter hegemonia que o sistema apela à mistificação, de caráter demiúrgico, escondendo do debate público as enormes distorções em segurança alimentar, desigualdade social e contaminação ecológica que promove como ‘externalidades’. Ademais, há indicadores claros de aumento da dependência externo na ‘Conta Corrente com Exterior’¹⁰ na última década, ao contrário da propaganda do ‘equilíbrio externo’ esgrimida no repertório de ‘marketing’ da entidade “Agro”.

Em relação ao tema específico da segurança alimentar, como já vimos, o sistema se confronta com as faces oprimidas dos domicílios brasileiros identificados no ‘Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar...’, como incluídos na situação de fome – explícita ou moderada.

Precisamos explorar de forma mais específica as relações dessa prioridade ao sistema para exportar ‘commodities’-alimento, a qualquer custo, e suas consequências sobre a alimentação suficiente e saudável às pessoas mais pobres, que o referido ‘Inquérito Nacional...’ quantifica em 31% dos domicílios brasileiros.

4 PROVISÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL: COMO FUNCIONA UM SISTEMA DE MERCADO ‘AUTOSSUFICIENTE’

Os inquéritos domiciliares que apuram a provisão e o consumo de alimentos das famílias medem a suficiência e adequação dos alimentos consumidos disponíveis face às necessidades alimentares dos diversos membros, classificando, como referido na nota n. 5, os diversos graus de suficiência e insegurança alimentar já discutidos. Mas para apurar sobre as causas da insegurança alimentar e de como enfrentar o problema detectado, é preciso recorrer ao mecanismo da formação de preços dos alimentos que compõem às diversas cestas básicas alimentares, que estão sendo investigadas nesses domicílios.

Por razões de economia política interna, a política oficial do Brasil há pouco mais de duas décadas, persegue a valorização dos preços externos dos chamados alimentos – ‘commodities’ (*‘feed-grains’* – soja, milho e farelos para ração animal e *‘food-grains’* – grãos para consumo humano direto, dentre os quais o trigo é o principal). Ademais a exportação das carnes e dos produtos lácteos armazenáveis entram também nesse rol de valorização para exportação.

Por sua vez, os produtos “não commodities” – arroz, feijão, mandioca, frutas e verduras, que por diversas razões não se classificam como ‘mercadorias mundiais,’ seguem outro padrão de regulação de política agrícola e comercial, que no geral deixa-os à margem dos mecanismos de valorização operados pela política econômica, tais como crédito subvencionado, subvenções tributárias, preços de garantia e estímulos cambiais. Essa política diferencial funciona como sinalização clara à sustentação de margem de lucratividade protegida às ‘commodities’, enquanto as não ‘commodities’ disputam espaço nos mercados em condições mais adversas. Sob tais condições, cedem espaços territoriais mais férteis e mais próximos aos centros consumidores ao grupo de produtos valorizados pela política econômica, de claro viés exportador.

Em tais condições, não é de se estranhar a pressão sobre os preços dos alimentos da cesta básica, seja pela valorização externa nos períodos de pico das ‘commodities’; seja pela escassez conjuntural das não ‘commodities’. O período 2020-2022 é típico de uma elevação

10 A ‘Conta Corrente com o Exterior’ brasileira, que expressa a totalidade do movimento comercial de mercadorias e serviços no tempo, apresenta-se sistematicamente deficitária desde o triênio 2008/2010 até o presente, não obstante revele saldo comercial positivo na exportação de ‘commodities’ agrícolas e minerais. Mas este saldo mostra-se completamente insuficiente para suprir os elevados ‘deficits’, principalmente da Indústria e dos Serviços. Para uma análise histórica do período 1995/2021 – ver Delgado, Guilherme C. (2022), op. cit.

conjugada dos dois conjuntos de preços: do preço das ‘mercadorias mundiais’ pelo efeito da desvalorização cambial¹¹ e dos preços de produtos típicos do mercado interno, que crescem ainda mais que a inflação geral.

Como o sistema econômico está estruturado para gerar resultados comerciais exportadores pelo setor primário, a política de valorização interna de ‘commodities’ segue seu curso e o sistema “Agro” idem. Mesmo revelando disfunções à provisão necessária de alimentos às chamadas cestas básicas salariais, que a esta altura já estão bem diagnosticadas.

Por outro lado, transparece evidente quando se utilizam critérios de economia humana para avaliar as políticas públicas brasileiras, a necessidade de adoção de princípios de segurança alimentar aplicáveis às políticas - agrícola e política social -, tendo em vista atender à função de provisão de bens alimentares necessários e rendimentos compatíveis às famílias para adquiri-los; para o que são necessárias mudanças significativas, que precisamos enunciar.

A política agrícola brasileira precisaria mudar no sentido de que se lhe reintroduzissem objetivos de regulação do abastecimento da economia interna, no sentido da provisão dos alimentos das várias cestas básicas salariais brasileiras, a salvo das pressões inflacionárias que as acometem sistematicamente no quadro regulatório atual. Neste sentido, é provável que se tenha de retornar à formação de estoques públicos de alimentos não perecíveis e de fomento a estruturas produtivas normalmente vinculadas à produção diversificada de alimentos, com especial ênfase à agroecologia, e recuperação com base em fomento produtivo diferencial à multiforme agricultura familiar brasileira.

Por sua vez, o sistema de produção de ‘commodities-alimento’ precisa se adequar, pela política agrícola do Plano-Safra e de outras políticas públicas, ao atendimento das exigências contemporâneas de sustentabilidade ecológica, mediante utilização de critérios de zoneamento agro-hidro-ecológicos, que lhes confirmam prêmios e sanções de acordo com indicadores de desempenho. Isto viria em substituição aos critérios de valorização irrestrita atualmente vigentes às ‘commodities’, que servem de estímulo econômico indireto à maximização da emissão de dióxido de carbono e à degradação hídrica.

Por sua vez, a segurança alimentar é princípio orientador também de política social, visto que é a partir desta que as famílias mais pobres podem recorrer a rendimentos monetários extramercado - aposentadorias, pensões, ‘bolsa-família’, ‘salário-mínimo’ e subvenções alimentares específicas -, compatíveis com a concretização do direito humano à alimentação previsto na própria Constituição Federal (Art. 6º- Caput).

Em síntese, o que se está enunciando nesta seção são as condições de transição das políticas agrícola e social vigentes a princípios de segurança alimentar e sustentabilidade ecológica, algo que muda qualitativamente o padrão de regulação de economia política ora vigente, sob hegemonia do sistema do agronegócio. E isto tem por pressuposto oferecer respostas de políticas públicas à insegurança alimentar principalmente, sem deixar de fora objetivos conexos de sustentabilidade ecológica, que não sendo objeto específico deste texto, são componentes indispensáveis de uma perspectiva de ecologia integral. Isto porque o debate político contemporâneo da segurança alimentar está intrinsecamente integrado à transição ecológica no desenvolvimento rural, por razões que reservamos aos comentários das “Considerações Finais”.

11 A taxa cambial do real em relação ao dólar entre 2019 e 2022 desvalorizou-se substancialmente, variando de 3,79 no início do período (mês de julho) para 5,16 no mês de julho de 2022, patamar aproximadamente seguido nos anos de 2020 e 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande paradoxo de um País que se jacta de alimentar 800 milhões de consumidores no mundo com suas exportações de cereais e carnes; mas revela ao mesmo tempo 30,7% de domicílios em situação de ‘insegurança alimentar grave ou moderada’, como revelamos documentalmente neste texto; não é situação fortuita, casual ou isolada.

Essa situação paradoxal reflete opções e movimentos invertidos na concepção e gestão da economia política, marcados por relativo abandono de critérios de economia humana aplicáveis às políticas agrícola e social. Isto se dá pela inversão ética em apostar todas as fichas nos princípios da autossuficiência econômica, aplicáveis em especial à economia primário-exportadora, balizada por uma meta macroeconômica dos elevados e exclusivos resultados exportadores em ‘commodities’, a qualquer custo.

Por sua vez, uma inversão radical de critérios éticos vigentes há mais de duas décadas, dificilmente poderia se realizar em ambiente de certa normalidade ao pleno funcionamento de instituições democráticas; tendo em vista a provável ocorrência de pressões sociais em sentido contrário.

É preciso atentar para o fato de que o reconhecimento da fome e da miséria como situações eticamente inaceitáveis não são algo normal ao funcionamento do sistema econômico de mercado, que pela sua pretensão aética, desconhece famintos e outros despossuídos de meios de subsistência, relegando-os à condição externa à economia.

Por sua vez, ao se (re)construir no Brasil um polo exportador global de cereais e carnes, associado a aparato de propaganda e ‘marketing’ de um mito com características de idolatria econômica, anestesiou-se de certa forma a opinião pública para as várias consequências adversas daí decorrentes: inflação de alimentos, aumento da desigualdade social, dilapidação ambiental e agora explicitamente revelado, o reingresso do Brasil no ‘mapa da fome mundial’.

A transição de uma economia predominantemente voltada às exportações ao estilo “Agro”, para um modelo de economia política balizada por critérios de economia humana, que atendam necessidades de segurança alimentar interna; contém vários ingredientes de reestruturação. Alguns foram abandonados pelo modelo hegemônico e outros lhes são absolutamente extrínsecos, por princípio.

No primeiro caso, temos notoriamente a questão da regulação do abastecimento interno de produtos da cesta básica alimentar, que praticamente desapareceu das formulações de política agrícola, sob pressão da prioridade macroeconômica da maximização do resultado exportador em ‘commodities’, a qualquer custo. O reingresso da inflação de alimentos em tais condições não é resultado.

Por seu turno, uma transição de regulação econômica nos moldes ora sob conjectura haveria que abarcar também critérios de transição ecológica, que são absolutamente externos à produção mercantil estrita. E por esta condição converteram o espaço rural brasileiro no principal foco de emissão de dióxido de carbono na atmosfera e o Brasil no 6º maior poluidor mundial do efeito estufa (Cf. Relatório do IPCC à 27ª Conferência do Clima – Cairo 2022).

Segurança Alimentar e Economia Ecológica são ingredientes gêmeos de uma concepção de ecologia integral aplicável ao desenvolvimento rural, plenamente consistentes com os Ensinamentos da Encíclica *Laudato Si* (2015)¹² do Papa Francisco, que nos são úteis às mudanças necessárias de políticas públicas no Brasil.

12 Ver em especial o Capítulo V da Carta Encíclica *Laudato Si* – “Algumas Linhas de Orientação e Ação”, op. cit.

Finalmente, é preciso alertar para o fato de que políticas públicas em processo de transição requerem alguns condicionantes para se somente se concretizarem. Um destes condicionantes é, no Estado Democrático, a conquista de mentes e corações para os novos termos do pacto político que se pretende estabelecer em substituição à velha ordem. Nesse contexto é plenamente legítima a pressão sobre Poderes de Estado para reversão do atual quadro hegemônico, fortemente condicionado por valores de idolatria econômica. E até mesmo por esta condição, o papel das Igrejas é muito importante e legítimo, para esclarecer e motivar Poderes de Estado a realizarem mudanças no espaço regulatório de políticas públicas notoriamente vinculado ao direito à vida digna. Diga-se de passagem o discurso da segurança alimentar e da transição ecológica explicitamente se inclui na agenda do Presidente eleito declarado por ocasião da Cop. 27, no Cairo; mas internamente as pressões em contrário provavelmente ainda persistirão no novo governo em razão dos interesses particulares contrariados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELGADO, Guilherme C. *Do 'Capital Financeiro na Agricultura' à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965/2012)*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

DELGADO, Guilherme C. *Rumo ao mundo de Francisco: economia, humanismo e ecologia em tempos de crise*. Brasília: AFPEA, 2021.

DELGADO, Guilherme. "Mudanças Cíclicas do Espaço Rural Brasileiro e Perspectivas de Futuro" in Barros, Geraldo S. e Navarro, Zander (Orgs) – *Brasil Rural Contemporâneo: Interpretações* – (Capítulo 4). São Paulo: Ed. Baraúna, 2022.

MAPA - Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Projeções do Agronegócio – Projeções de Longo Prazo: Brasil 2020/2021 a 2030/2031*. Brasília: Sec. de Política Agrícola (SPA/MAPA), 2022 (disponível na internet).

PAPA FRANCISCO. *Carta Encíclica 'Laudato Si' - Sobre o Cuidado da Casa Comum*. Brasília: Ed. CNBB, 2015.

Rede PENSAN. *2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia COVID-19 no Brasil*. São Paulo: Rede PENSAN, 2022.

RICHARD, Pablo (Org.). *La lucha de los dioses - los ídolos de La opresión y La búsqueda del Dios liberador*. San José - Costa Rica: Departamento de Investigación Ecueménica, 1980.